



## REFLETINDO SOBRE OS VALORES MATERIALIZADOS EM PRÁTICAS DE DESVALORIZAÇÃO AO ESPAÇO ESCOLAR

Eixo-temático: Política e gestão educacional

Débora Araújo do Nascimento

[debora10-araujo@hotmail.com](mailto:debora10-araujo@hotmail.com)

Adelmo Fernandes de Araújo

[adelmo.araujo@arapiraca.ufal.br](mailto:adelmo.araujo@arapiraca.ufal.br)

**Resumo:** A partir de observações realizadas no cotidiano escolar da Escola Estadual de Educação Básica Costa Rêgo situada em Arapiraca – AL notou-se certa negligência por parte dos alunos em relação ao ambiente escolar, quanto patrimônio cultural. A arquitetura escolar traduz em sua materialidade um sistema de valores, o qual é internalizado por todos aqueles que frequentam o espaço escolar, ao mesmo tempo em que este também reflete a ideologia, cultura e valores da sociedade o qual está inserido. Assim, elaborou-se um projeto de pesquisa-ação, o qual além de ter visado compreender o contexto pesquisado, identificando quais as razões que provocam esta desvalorização ao espaço escolar por parte dos alunos, bem como os valores trazidos por eles, visou intervir na situação pesquisada com vistas a contribuir com uma modificação. Dessa forma, inicialmente foi aplicado um questionário para uma turma do 1º ano do Ensino Médio a fim de compreender a desvalorização dispensada ao ambiente escolar e os valores trazidos pelos alunos, dando início a um processo de autoavaliação. No segundo momento, foram fotografados alguns ambientes do espaço escolar que refletia a desvalorização observada. No terceiro momento, foi realizada uma roda de conversa com a turma, onde foram discutidas atitudes e competências voltadas para a conservação do ambiente escolar como disposto na legislação para a Educação Ambiental, retomando a reflexão iniciada com o questionário aplicado, ainda, foram exibidas as fotografias para os alunos com vistas a contribuir com a formação de um cidadão autor e crítico da realidade.

**Palavras-chave:** Espaço-Escola. Patrimônio Cultural. Valores.



## 1 – INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das atividades práticas da disciplina Educação e Meio Ambiente ofertada no 5º período do Curso de Pedagogia Licenciatura da UFAL – *Campus* de Arapiraca. A partir das observações realizadas no interior da Escola Estadual de Educação Básica Costa Rêgo situada em Arapiraca – AL elaborou-se um projeto de pesquisa-ação. Considerando-se que a escola é um espaço privilegiado de formação para os futuros professores, faz-se necessário que oportunizem-se meios para que os alunos licenciandos conheçam a forma como a escola está organizada, os desafios enfrentados pelos profissionais do ensino, enfim, o cotidiano do contexto escolar, bem como as possibilidades de resolução de problemas apresentados. Assim, buscar atrelar a teoria com a prática configura-se em um como uma proposta de ensino-aprendizagem para o enriquecimento da formação dos alunos licenciandos, futuros professores.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa-ação, pois além de buscar compreender o contexto pesquisado, visou intervir na situação com vistas a contribuir de alguma forma com uma modificação. Pois na Pesquisa-ação o conhecimento visado articula-se com uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. (SEVERINO, 2012).

Considerando que a arquitetura escolar reflete em sua materialidade discursos que expõem a cultura, ideologias e valores de uma determinada sociedade, buscou-se neste projeto compreender o contexto pesquisado, identificando quais as razões que provocam a desvalorização do espaço escolar, bem como os valores trazidos pelos sujeitos que ali convivem. Na pesquisa-ação há sempre uma intervenção na situação pesquisada visando colaborar com uma modificação, assim neste projeto o objetivo de intervir na situação pesquisada buscou contribuir com o desenvolvimento de valores voltados à conservação do meio ambiente de uso comum, isto é, a escola como patrimônio cultural.

Para a aplicação do projeto foram programadas algumas atividades a serem realizadas com uma turma do 1º ano do Ensino Médio. Inicialmente a aplicação de um questionário, alguns espaços da escola que refletiam a desvalorização foram fotografados, e por fim, uma roda de conversa foi realizada com os alunos para uma discussão mais informal



dando continuidade ao que o questionário abordara. Assim, este artigo apresenta como se deu a elaboração e execução do projeto de pesquisa-ação, o referencial teórico que embasou esta pesquisa, e os resultados obtidos a partir da aplicação deste projeto na escola e da intervenção realizada.

Visto que, as práticas de desvalorização percebidas e observadas ocorrem no interior de uma escola, o presente artigo aborda a importância de se trabalhar a Educação Ambiental (EA) na escola como disposto na legislação, de forma ampla e contínua a fim de aproximar os conteúdos estudados à realidade dos educandos contribuindo dessa forma, com a formação de um sujeito crítico e reflexivo, bem como, apresenta resultados da pesquisa-ação realizada.

## **2 – PARA ALÉM DA MATERIALIDADE DO ESPAÇO ESCOLAR**

A arquitetura escolar reflete para além da sua materialidade determinados discursos. Segundo Escolano (2001), “a arquitetura escolar é um programa, uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o espaço-escola reflete a ideologia, cultura e valores da sociedade o qual pertence, institui certos discursos os quais são internalizados por todos aqueles que o frequentam. Os elementos simbólicos próprios ou incorporados respondem a padrões culturais e pedagógicos que os alunos internalizam e aprendem.

Assim, é extremamente importante assumir o que afirma Paulo Freire (2002), “a significação do discurso formador faz uma escola respeitada em seu espaço”. Dessa forma, o respeito ao espaço escolar dependerá do discurso refletido na sua materialidade. Freire ainda continua: “A eloquência do discurso pronunciado na e pela limpeza do chão, na boniteza das salas, na higiene dos sanitários, nas flores que adornam há uma pedagogicidade indiscutível do espaço”, o espaço escolar é então compreendido como um programa educador e o discurso refletido na materialidade do espaço pode elevar o status da escola.

As práticas educativas têm estado pautadas no paradigma cartesiano, agindo sob a lógica binária. Dessa forma, foi construído um conceito de ambiente, no qual, o homem é superior a natureza e por isso tem o direito de explorá-la. Assim, a natureza é algo externo ao



ser humano ou vice-versa. Este conceito tem refletido em práticas de exploração, devastação e desvalorização do meio ambiente.

Segundo Munhoz (2011), atualmente, não temos mais uma relação com a natureza de subsistência. Assim, a educação é indispensável para estabelecer limites à humanidade que está degradando cada vez mais os recursos do Planeta Terra. Neste cenário a educação surge com grande potencial transformador, podendo propiciar a emancipação dos envolvidos possibilitando a construção de um sujeito histórico e crítico de sua realidade. No entanto, a EA tem sido pouco trabalhada na escola e, quando trabalhada, é desenvolvida de forma pontual e fragmentada pelos professores de áreas específicas, aproximando-se mais do ensino de Ecologia e dispensando os problemas reais e complexos que o mundo atual apresenta.

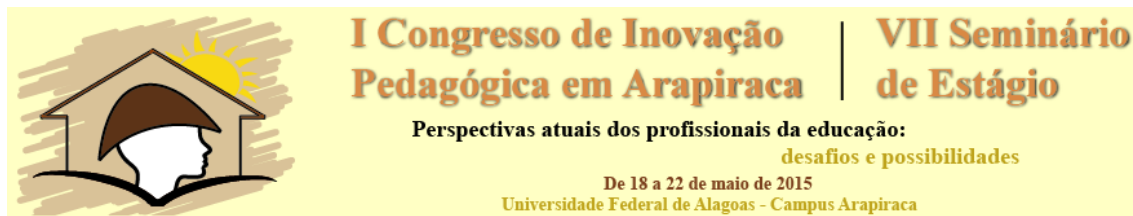
Logo, é indiscutível a importância da escola empenhar-se em estimular o desenvolvimento de valores voltados à conservação do bem de uso comum, isto é, a escola. Como disposto na Lei nº 9.795/99:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Art. 1º).

Assim, cabe a escola propiciar meios pelos quais a EA seja contemplada no currículo escolar, contribuindo assim com a formação de um sujeito autônomo e crítico reflexivo. A escola que considera a importância da vivência de valores, atitudes e competências voltados à conservação do meio ambiente está contribuindo com a assunção da identidade cultural de seus educandos.

Para que isto seja possível, é necessário considerar na EA “o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva inter, multi e transdisciplinaridade” (Lei nº 9.795/99, Art. 4º, III) objetivando proporcionar aos educandos um olhar mais amplo deste estudo, bem como diversas oportunidades de experienciar esta realidade.

A interdisciplinaridade abre as portas para a contextualização e a aprendizagem significativa já que supõe troca de experiências e reciprocidade entre disciplinas e áreas do conhecimento. A Multidisciplinaridade é um conjunto de disciplinas a serem trabalhadas



simultaneamente, sem fazer aparecer as relações que possam existir entre elas, destinando-se a um sistema de um só nível e de objetivos únicos e supõe a justaposição de diferentes disciplinas às vezes sem relação aparente entre si. A transdisciplinaridade busca uma intercomunicação entre as disciplinas, tratando efetivamente de um tema comum (transversal). Ou seja, na transdisciplinaridade não existem fronteiras entre as disciplinas.

Segundo Vargas (2003) *In*: Leff (2003), “o sentido da aprendizagem ambiental é desenvolver ações humanas sustentáveis baseadas em racionalidades e saberes práticos e valorativos que são desempenhados como pensamentos críticos”. Assim, é muito importante que a EA não se limite a ensinar “fatos novos”, mas propiciar o diálogo de saberes e a implantação da subjetividade dos valores de forma a permitir um novo olhar sobre o que já se conhece e se discute, ou seja, é o que Leff (2003) chama de “reapropriação do conhecimento do ser do mundo e do ser no mundo”.

Dessa forma, a sala de aula não será um mero espaço para simplesmente absorver e decodificar informações, em que os conteúdos escolares são apresentados como uma realidade distante dos alunos. A Lei nº 9.795/99 partilha da ideia que a EA deve ser admitida como uma vivência e não simplesmente como uma disciplina curricular, razão pela qual a Lei não admitindo-a como disciplina específica dos currículos escolares (Lei nº 9.795/99, Art. 10, § 1º).

A EA não é privilégio apenas da educação formal:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (ibidem Art. 2º).

Portanto, a EA deve ser uma vivência contínua e permanente em todos os espaços e ambientes. Nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, o Meio Ambiente compõe um dos temas da Base Nacional Comum para a Vida Cidadã, pois, de fato, esta temática é essencial para o exercício pleno da cidadania não devendo de forma alguma ser negligenciado.

Conforme nos afirma, Araújo (2011) há a necessidade de se romper com a mera transmissão de conhecimentos científicos e se apresentar, o ensino de ciências como uma



proposta de educação científica que proporcione a formação de cidadãos, e que favoreça a participação de todos na tomada de decisões. Para tanto, uma das estratégias apresentadas pelo Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente é a implantação da Agenda 21 nas escolas, estratégia que serviu para nortear também a pesquisa-ação apresentada neste artigo.

A Agenda 21 emergiu a partir da Conferência Rio-92, trata-se de um programa de ação em que 179 países comprometeram-se para garantir um futuro melhor para o planeta, respeitando o ser humano e o seu ambiente, e onde estão marcados os compromissos da humanidade com o século XXI. Na Conferência Rio-92 foi decidido a criação de Agendas 21 nacionais e locais, é neste contexto em que surge a Agenda 21 escolar.

A Agenda 21 no âmbito escolar configura-se como uma estratégia para mobilizar toda a sociedade no compromisso com o meio ambiente, como disposto na Lei 9.795/99, funcionando como um intercâmbio entre a escola e a comunidade contribuindo assim com uma participação democrática.

A forma sugerida para a aplicação da Agenda 21 nas escolas é por meio de um “Plano de Ação” que inicialmente deve partir de uma problemática detectada na escola ou na própria comunidade local, em seguida, deve-se reunir os participantes e então planejar e elaborar-se um Plano de Ação. Ao longo da execução desse plano é importante haver uma avaliação contínua, observando os avanços do projeto e eventuais limites podendo assim, ser repensado e reformulado.

É importante destacar que a Agenda 21 pode ser desenvolvida nos mais diferentes espaços, no entanto, a escola é um espaço privilegiado, pois é onde estão formando-se cidadãos. Ao ser desenvolvida na escola, é importante também que se estabeleça parcerias entre empresas, organizações da comunidade e ONGs, visando assim, mobilizar a comunidade local no cuidado dispensado ao meio ambiente.

Mais uma importante contribuição da Agenda 21 escolar é a oportunidade que esta oferece de se trabalhar a EA tal como a legislação propõe, de uma forma inter, multi e transdisciplinar. Tornando significativa a aprendizagem dos educandos e aproximando os conteúdos teóricos da realidade local destes.



## 2.1 As Concepções Dos Alunos Sobre Patrimônio Cultural

O Primeiro momento da pesquisa-ação deu-se a partir da aplicação de um questionário em uma turma do 1º ano do Ensino Médio, ao todo trinta e quatro alunos participaram deste momento. A primeira pergunta do questionário: “*O que você entende por Patrimônio Cultural?*” já nos apresenta diversas concepções diferentes.

Dos trinta e quatro alunos, dezessete não souberam responder ao questionário. As respostas dos demais foram bastante diversas e distintas, evidenciando diferentes pontos de vista. Três alunos referiram-se ao Patrimônio Cultural como um “espaço”, um “estabelecimento” ou “lugar” preservado ao longo da história que evidencia a cultura de um povo. Um aluno foi mais preciso em sua definição ao afirmar que é “a história dos ancestrais”.

Três alunos definiram Patrimônio Cultural como sendo um bem comum imaterial, como as manifestações artísticas: dança e música. Uma dança muito mencionada pelos alunos foi a quadrilha resultante do conhecimento prévio destes, por residirem na região Nordeste. Um aluno acrescentou que além da dança e música, é também considerado Patrimônio Cultural, a “forma de falar”. Outro aluno, ainda trouxe em sua resposta a ideia de história e manifestações artísticas justapostas ao afirmar que, “Patrimônio Cultural é representado em uma data comemorativa como festas juninas”.

Alguns alunos aproximaram-se da ideia da escola ser considerada um Patrimônio Cultural, conforme podemos observar nas falas de A1, A2 e A3, transcritas abaixo, respectivamente: A1 - “é um lugar onde se conhece novas coisas, religião, costumes e modo de vida”, A2 - “um local onde se aprende várias coisas” e A3 - “onde aprendemos a nossa cultura”. A letra A seguida de um número será utilizada para identificar os alunos que participaram da pesquisa.

Outros alunos mencionaram que é “a diversidade de culturas”, “a liberdade de expressão de uma cultura” e “onde todos podem estar”. Dois alunos destacaram a inclusão social ao definirem que, Patrimônio Cultural é: “tudo o que inclui os diferentes povos em uma só tradição, com o intuito do lazer ou inclusão”. Esta definição traz embutida a ideia de aculturação. “Uma cultura que não só pertence a uma classe social, mas sim, a toda população



em geral que deve ser preservado”. Esta resposta traz embutida uma crítica social, referente à estratificação de classes.

Do total de alunos entrevistados, oito alunos não responderam a segunda pergunta do questionário: *“Na sua opinião, a escola é um Patrimônio Cultural? Justifique a sua resposta.”* Apenas um dos alunos afirmou que “não” sem justificar sua resposta. Vinte e cinco alunos afirmaram que a escola é um Patrimônio Cultural, destes onze justificaram sua resposta afirmando que na escola há um encontro entre diversas culturas bem como é um espaço em que oportuniza-se conhecimentos sobre diversas culturas diferentes inclusive a local. Sobre isto um aluno afirma: *“Sim, pois envolve vários tipos de pessoas, culturas, diferenças, etc.”*

Alguns alunos justificaram suas respostas se reportando à história, um deles diz o seguinte: *“sim, pois já são 50 anos, e essa escola já faz parte da história de Arapiraca”*. Outro aluno afirmou a escola como um Patrimônio Cultural, relacionando a formação/profissão: *“Sim, pois é dela (escola) que saem grandes pessoas, grandes profissões, e a escola engloba as culturas sociais”*.

Segundo Freire (1996), A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Assim, compreender a escola como Patrimônio Cultural é indispensável para a construção de valores voltados a conservação e preservação do mesmo. Para Araújo, não existe uma educação, assim, é nossa intenção promover uma EA que valorize a cognição dos/as discentes, e de forma dialógica e reflexiva resulte em atitudes responsáveis e comprometidas com a vida. Mas, para que isto seja possível, é imprescindível a assunção da identidade cultural destes.

## **2.2 Diagnóstico Expresso Pelos Alunos Sobre O Espaço Escolar**

A respeito de outra pergunta contida no questionário, que pedia o seguinte: *“Na sua opinião, no que se refere aos aspectos de valorização, desvalorização e conservação, como se encontra o seu espaço-escolar?”* ao todo treze alunos não responderam a esta pergunta ou não souberam explicar, nove afirmaram que a escola se encontra “bem”, ou seja, em um estado de conservação, no entanto, dentre estas, três respostas evidenciaram-se um tanto contraditórias: A4 - *“Ela se encontra valorizada, não 100%”*. A5 - *“Está bom! Não daria uma*





nota 10, pois não organizam tanto a sala”. A6 - “Na minha opinião bem, mas precisa melhorar um pouco”.

Doze alunos afirmaram que a escola não se encontra em “uma situação boa”, estando assim, em um estado de desvalorização. Alguns foram bem audazes em suas afirmações, conforme podemos perceber nas falas seguintes: A7 - “a escola sinceramente é desvalorizada pelo governo”. A8 - “ele (espaço-escola) encontra-se sujo, as pessoas não valoriza o espaço escolar”. A9 - “Desvalorizado porque os alunos quebram e destrói o patrimônio”. Já outras respostas, revelaram-se menos inofensivas, revelando timidamente suas opiniões, como observamos nas respectivas falas: A10 - “Está bem! Pois professores são nota 10, mas para a conservação não tá muito boa não”. A11 - “Meu espaço escolar se encontra um pouco sem conservação”. A12 - “mais ou menos por conta das bancas quebradas”.

Dessa forma, evidencia-se a dificuldade que há em diagnosticar-se uma problemática, pois de um total de trinta e quatro alunos apenas doze dispuseram-se a expressar o que estava evidente. É possível que estas respostas sejam reflexo da forma como estes alunos compreendem o meio ambiente, como sendo parte deles mesmos, o que explica a timidez evidenciada nas falas dos alunos. Outra possível razão é o “olhar treinado”, talvez estes alunos já estejam habituados a este cenário de forma a não conseguir perceber que algo está errado.

Em continuação a reflexão iniciada na questão discutida anteriormente, a seguinte pergunta do questionário visa saber dos alunos: “*Em relação à resposta da questão anterior, a quem você atribui a responsabilidade das ações de valorização, desvalorização e conservação, do seu espaço escolar?*” Do total de trinta e quatro alunos, dezesseis não responderam a esta pergunta. Dos que responderam, dois culpavam, os professores, apenas um culpou os funcionários e dois a população em geral. Quatro dos entrevistados culpavam a gestão escolar, sobre isto um dos alunos afirma, “Acho que à coordenação, pois se comunicarem ao governo, sempre haverá melhora”.

Dentre os que responderam a maioria dos alunos, isto é, onze atribuíram a responsabilidade aos próprios alunos, conforme afirma um dos entrevistados, “Em minha opinião as únicas pessoas que precisam valorizar a escola, são os alunos”. No entanto, esta



resposta soa como se este sujeito não fizesse parte desta responsabilidade, como se nem fosse um aluno. Pois, na verdade, nenhum dos entrevistados respondeu na terceira pessoa do plural, evidenciando assim que todos se isentaram da responsabilidade.

Como afirma Freire (1996), “Uma das tarefas mais importantes da prática educativo - crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor/a ensaiam a experiência profunda de assumir-se”. A dificuldade notada por estes alunos em “assumir-se” revela uma educação baseada na lógica binária que nega o homem como parte da natureza e vice-versa, o que acaba por potencializar práticas de desvalorização ao meio ambiente. Dessa forma, segundo Taglieber (2004) apud Munhoz (2011) precisamos de uma Educação adjetivada de Ambiental que, enfocando os aspectos da época que vivemos e buscando quais são as necessidades das coletividades atuais, desenvolva valores no sentido de preservar, conservar e proteger o meio ambiente.

### **2.3 Roda De Conversa**

Como planejado, a roda de conversa ocorreu no dia seguinte à aplicação do questionário dando continuidade a reflexão iniciada, foi um diálogo orientado, com apresentação de alguns slides. A princípio foram apresentados alguns destes resultados já mencionados acima, para os próprios alunos, referente ao questionário, bem como alguns artigos da Lei 9.795/99 referentes à EA e as fotografias de espaços da escola já conhecidos dos alunos que refletiam a desvalorização observada.

Foi notável o espanto, quando estes viram aquelas fotografias, apesar de serem espaços e realidades já conhecidos deles, no entanto, o objetivo desta ação, foi justamente contribuir com a formação de um sujeito crítico e reflexivo. Assim, proporcionar um “olhar diferente” sobre esta realidade, contribuiu para que estes alunos observassem por outro ângulo e outro ponto de vista o espaço escolar.

Novas informações foram apresentadas durante as discussões que iam se desenrolando. Os alunos afirmaram em certo momento, que a EA era trabalhada apenas em uma disciplina isolada e geralmente em dado momento durante o ano, como feiras de conhecimentos e gincanas. E mostraram-se bastante surpresos ao visualizarem o que a legislação diz a este respeito, de que forma a EA deve ser trabalhada na escola e mais



surpresos ainda, ao perceberem que a EA não se limita a uma disciplina obrigatória e sim uma temática que deve ser discutida amplamente em diferentes espaços.

Acerca disto, Luzzi (2003) *In*: Leff (2003) afirma:

A educação ambiental é muito mais que isso; é produto, em construção, da complexa dinâmica histórica da educação, um campo que evoluiu de aprendizagens por imitação no mesmo ato, a perspectivas de aprendizagem construtiva, crítica, significativa, metacognitiva e ambiental. É uma educação produto do diálogo permanente entre concepções sobre o conhecimento, a aprendizagem, o ensino, a sociedade, o ambiente; como tal é depositária de uma cosmovisão sócio-histórica. (Luzzi, 2003, p. 179 *In*: Leff, 2003).

Retomamos ainda a discussão da escola como “Patrimônio Cultural”, sobre isto, as opiniões se dividiram, embora a maioria dos alunos admita a escola como um “Patrimônio Cultural”, como os dados já nos mostraram, então, neste momento foi necessário assumir uma postura e então a ideia defendida foi a de que a escola é um “Patrimônio Cultural”, partindo da ideia que a cultura é, como afirma Laraia (1999) “uma lente através da qual o homem vê o mundo”, dessa forma, a escola trata-se de um espaço em que há um intercruzamento de culturas, refletindo em sua materialidade este encontro. Outros conceitos foram discutidos como: Valores sociais, Conhecimentos, Habilidades, Atitudes, Competências, Conservação, Preservação e Sustentabilidade. Portanto, foi um momento significativo de troca de informações, funcionando como um reforço à reflexão iniciada com o questionário que acontecera anteriormente contribuindo possivelmente com uma sensibilização referente ao desenvolvimento de valores voltados a conservação do ambiente escolar.

### 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência prática oportunizada através desta atividade foi relevante para a formação dos futuros professores, tendo em vista que a Educação Ambiental é uma temática pouco desenvolvida em muitas escolas, ou desenvolvida, mas não em consonância com o que propõe a legislação. Isto ficou confirmado também, na escola onde se desenvolveu este projeto, segundo o que foi observado e exposto na fala dos alunos na roda de conversa.

Não houve restrições para que o projeto fosse realizado na escola, a gestão acolheu muito bem a proposta dando todo o aporte necessário para a realização do mesmo. A partir



dos resultados obtidos foi notável que grande parte dos alunos considera a escola como um patrimônio cultural, embora sobre a definição deste conceito as opiniões sejam bastante diversificadas. O que não é de se estranhar afinal quando falamos sobre cultura, e em especial dentro do Brasil é natural que haja concepções diferentes.

Sobre o diagnóstico do espaço escolar expresso pelos alunos foi notável a grande dificuldade que há em assumir-se uma causa como esta. Pois do total de trinta e quatro alunos entrevistados apenas doze tiveram a coragem de afirmar abertamente a situação em que a escola se encontrava, ou seja, menos da metade dos alunos silenciou a esse respeito, preferindo ficar omissos, isto é preocupante.

Embora a minoria tenha assumido a situação de desvalorização do espaço escolar, sobre a responsabilidade dessa atitude mais alunos manifestaram-se, mas a maioria atribuiu a responsabilidade aos alunos, no entanto, algo chamou a atenção: nenhuma das respostas foi escrita na terceira pessoa do plural, algo curioso, pois se a maioria culpou os alunos e este questionário foi aplicado apenas aos alunos esperava-se que as respostas estivessem em outro formato, no entanto, este dado não é aleatório, pois isto evidencia mais uma vez a dificuldade de assunção, que neste caso “todos se isentaram da responsabilidade”.

Com a roda de conversa veio a oportunidade de discutir junto aos alunos algumas das respostas destes no questionário aplicado bem como alguns conceitos da Educação Ambiental, tratou-se de uma discussão informal, que contribuiu com a ampliação da reflexão iniciada com o questionário e possivelmente com o desenvolvimento de valores voltados a conservação. Considerou-se o tempo para desenvolvimento desse projeto um limite encontrado, já que este ocorreu em um curto prazo. No entanto, foi sugerido que atividades como estas fossem desenvolvidas na escola de maneira contínua e permanente.

Assim, através desta experiência prática notou-se a urgência que há para que se compreenda o que de fato é a EA e de que forma esta deve ser trabalhada nas escolas. Através deste projeto foi possível propiciar uma reflexão crítica com os sujeitos da pesquisa, e ainda favorecer no limite uma sensibilização concernente ao desenvolvimento de valores voltados a conservação do espaço escolar.



#### 4 - REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adelmo Fernandes de. **Projetos De Trabalho E Educação Ambiental: Uma Estratégia De Ensino-Aprendizagem Sob A Perspectiva Da Complexidade**. Recife. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural De Pernambuco – UFRPE Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências – PPGEC, 2011.

ARAÚJO, Adelmo Fernandes. **Prática Docente Em Educação Ambiental: Nossas lentes direcionam nosso pensar e nossas ações**. In: ARAÚJO, Adelmo Fernandes (*et al.*) Formando Educadores Socioambientais. Departamento de Educação Núcleo de Estudos em Formação Docente e Prática Pedagógica (NEFOPP). Formação Continuada de Professores. Projeto Ação Reflexão-Ação. UFRPE. Pernambuco, 2012.

**BRASIL. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de abril 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 23 Out 2014.

**BRASIL. Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola / **Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente**. - 2. ed., rev. e ampl. – Brasília : MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007. 56 p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/com\\_vida.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/com_vida.pdf)> Acesso em 23 Abr 2015.

**BRASIL. Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental**. Ministério Da Educação E Do Desporto Conselho Nacional De Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação PARECER Nº: CEB 04/98 - Brasília 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB0498.pdf>> Acesso em 19 Abr 2015.

ESCOLANO, Agustín. **Arquitetura como Programa. Espaço-Escola e Currículo**. RJ: DP&A Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. RJ. Zahar, 1999.

LEFF, Enrique (coord.). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

MUNHOZ, Regina Helena. **Depredação Do Patrimônio Escolar: Um Trabalho Envolvendo A Educação Ambiental E A Educação Matemática**. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa. Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-99681-02-2 Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1426-1.pdf>> Acesso em 19 Abr 2015.



**I Congresso de Inovação  
Pedagógica em Arapiraca** | **VII Seminário  
de Estágio**

**Perspectivas atuais dos profissionais da educação:  
desafios e possibilidades**

De 18 a 22 de maio de 2015  
Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23<sup>a</sup> Edição. 7<sup>a</sup> Reimpressão. São Paulo: Cortez, 2012.